

ASSEMBLEIA GERAL DE FUNCIONÁRIOS

QUARTA-FEIRA, 08/02/17, ÀS 12H30, NO SINTUSP

PAUTA: A questão da sede do Sindicato;
informe e encaminhamento a respeito do acordo coletivo e a luta das creches

Ao final do dia 24 de janeiro, a reitoria enviou ao Sindicato um ofício com uma “possível proposta” de um novo espaço para instalação da sede do Sintusp no interior do campus. Também foram enviadas cópias do mesmo ofício ao Ministério Público do Trabalho e ao Vereador Eduardo Suplicy.

Dizemos que se trata de uma possível proposta, pois para o teor do ofício se tornar uma proposta de fato ainda está dependendo da aprovação da COP (Comissão de Orçamento e Patrimônio) e da CLR (Comissão de Legislação e Recursos) e só vamos saber a decisão dessas comissões no dia 19 deste mês.

Na audiência de negociação ocorrida no dia 26 de janeiro, no Ministério Público, o sindicato se comprometeu a convocar a categoria para uma assembleia, no dia 08 de fevereiro, para informar o teor dessa proposta preliminar da reitoria, e no dia 21, após todos conhecermos a proposta definitiva da reitoria, realizaremos uma nova assembleia, para que a categoria decida definitivamente se aceita ou se recusa a proposta da reitoria, bem como aprove os encaminhamentos decorrentes da decisão que for tomada.

REUNIÃO NA COPERT ABRIU DEBATE SOBRE PROPOSTA DE ACORDO COLETIVO

Junto com a mudança da ferramenta de controle de frequência, ou seja, com a implantação do relógio eletrônico biométrico, a reitoria está impondo um conjunto de novas regras, que trazem enormes retrocessos nas conquistas de décadas da nossa categoria. Segundo a reitoria, ela estaria apenas aplicando o disposto na CLT. Ocorre, que a versão em português da Carta Del Lavoro do Sr. Mussoline existe no Brasil desde a ditadura Vargas. Mas, pelo visto, por alguma razão que ainda não explicou, a USP só “descobriu a CLT” após tornar-se maior de 80 anos.

Com isso, junto com o relógio de ponto biométrico, e a centralização do controle de frequência pela própria reitoria, foram implantadas regras absurdas. Por exemplo: Tentativa de aumentar a jornada de trabalhadores e trabalhadoras da área da saúde; permitindo justificar ausência ao trabalho para levar filhos ao médico, uma única vez por ano e, caso o filho tenha até 06 (seis) anos, ou seja se seu filho tiver sete anos você vai escolher entre perder o dia ou deixar sua criança morrer, e quem tiver dois ou mais filhos menores de seis anos, só vai poder dar assistência ao primeiro que adoecer, ou perder o dia se precisar socorrer o segundo, ou terceiro. Ainda temos vários casos de pessoas que já estão sendo obrigadas a trabalhar de graça, pois a USP proibiu qualquer funcionário de registrar horas a mais em sua frequência, mas, aparentemente, se esqueceu de avisar certos professores e chefes que estão obrigando funcionários a registrar a saída do turno e continuar trabalhando, pois o serviço, supostamente, não pode esperar. Como se não bastasse a universidade ser racista e elitista, a gestão Zago está tentando transforma-la diretamente em senzala!

Além disso, a reitoria suspendeu as emendas entre feriados e fins de semana (pontes), alegando que isso se deveria ao fato do sindicato haver se recusado a assinar um acordo coletivo. Mentira! A verdade é que a reitoria necessita e busca implantar um banco de horas, mas não pode fazer isso sem um acordo coletivo firmado com o sindicato e está condicionando a concessão das pontes à assinatura do acordo com banco horas.

Na última terça-feira, ocorreu uma reunião da COPERT, pra discutir um conjunto de reivindicações de funcionários do HU que estavam sendo obrigados a trabalhar treze horas quando sua jornada nos últimos 25 anos foi de 12 horas, além de estarem sofrendo descontos de salários devido ao fato do sistema comprado e implantado no HU pela “competentíssima” reitoria não comportar o registro da escala de trabalho praticada de fato no Hospital. Com exceção de detalhes, a reitoria concordou em acatar as reivindicações do hospital, mas com a condição de que sejam partes de um acordo coletivo pra toda a USP.

Por isso, na assembleia de quarta, serão feitos todos os informes pertinentes ao tema e serão definidos os encaminhamentos para a discussão do acordo coletivo em todas as unidades e campi da USP, até sua aprovação ou não numa assembleia geral a ser realizada no final de março.

BANCO DE HORAS: SIM OU NÃO?

Em assembleias realizadas no HU, os funcionários incluíram o banco de horas em suas reivindicações. Além disso, em muitas unidades já existem acordos informais de banco horas, feitos de comum acordo entre funcionários e chefias ou mesmo com as direções das unidades. Onde os funcionários reivindicam o tal banco, o fazem com o objetivo de terem a possibilidade de poderem compensar eventuais faltas ou atrasos, ao invés de sofrer o desconto.



ENTRETANTO, NÃO É APENAS DISSO QUE ESTAMOS TRATANDO AGORA. O SINDICATO FARÁ, COMO É SEU DEVER, EXATAMENTE O QUE A CATEGORIA REIVINDICAR E APROVAR. NO ENTANTO, TAMBÉM É DEVER DO SINDICATO, INFORMAR E ESCLARECER SOBRE OS PROBLEMAS E RISCOS POR TRÁS DE UMA PROPOSTA COMO ESSA.

O banco de horas começou a ser adotado na indústria para permitir que os patrões pudessem estender a jornada de trabalho de acordo com suas necessidades sem pagar horas extras, já que essas custavam de 50% a 100% mais do que a hora normal, assim os patrões aumentam seus lucros e os trabalhadores só aumentam seus prejuízos. Com um banco de horas na USP a reitoria busca ter os trabalhadores à sua disposição por mais tempo sem pagar horas extras. Além disso há outro problema: com os mais de mil funcionários que em março sairão no PIDV, a USP terá reduzido seu quadro, de 16 mil para pouco mais de 12 mil trabalhadores/as, porém sem reduzir a demanda de trabalho na mesma proporção. Esse fato implicará na necessidade da USP exigir mais dos funcionários que restam, e um banco de horas poderá permitir aos chefes exigir a presença dos funcionários de acordo com os interesses e necessidades da USP, independente da vontade ou condição do funcionário.

Alertamos e seguiremos alertando esse e outros problemas, pois essa será a primeira experiência da categoria e do próprio Sindicato com um acordo coletivo dessa natureza e proporção. Considerando, ainda, o fato de que, uma vez assinado, o acordo vai influenciar a vida de todos/as na universidade é imprescindível que todo mundo participe das reuniões de suas unidades e das assembleias que serão convocadas para discutir e deliberar sobre as propostas que surgirem.

CALENDÁRIO DE LUTAS

DIA 06/02 – **REUNIÃO DA SECRETARIA DE CARREIRA E RECURSOS HUMANOS – 14 HORAS, NO SINTUSP.**

DIA 08/02 – **ASSEMBLEIA GERAL, ÀS 12H30, NO SINTUSP- PAUTA: SEDE; ACORDO COLETIVO DE BANCO DE HORAS E A LUTA DAS CRECHES**

DIA 13/02 – **REUNIÃO DA COPERT, A SER CONFIRMADA PELA CODAGE.**

DIA 15/02 – **ASSEMBLEIA GERAL PARA DELIBERAR SOBRE O CONSELHO FISCAL E ÉTICA**

DIA 21/02 – **ASSEMBLEIA GERAL – DELIBERAÇÃO FINAL SOBRE A SEDE.**

DIA 22/02 – **AUDIÊNCIA NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, ÀS 13 HORAS.**



ELEIÇÕES PARA O CDB – CONSELHO DIRETOR DE BASE, DIAS 15 E 16 DE MARÇO DE 2017

MAIS INFORMAÇÕES SERÃO PUBLICADAS EM BOLETIM ESPECÍFICO

REINTEGRAÇÃO DE BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!